

## REUNIÃO DO FDDI – 24 DE JUNHO

Participantes: Raul Telles, Marco Paulo, Paulino Montejo, Ricardo Verdum, Jecinaldo Cabral, Paulo M. Guimarães, Saulo Feitosa, Francisco Apurinã, Gersem Baniwa.

Resumo das discussões

### 1. CNPI:

- Indicação de representantes: manter o texto atual alterando para dois anos o mandato dos conselheiros.
- Formato: prever a realização de conferências locais, regionais e nacional.
- Tamanho: manter os 45 membros com direito a voto e o voto minerva (SGP).
- Paridade entre índios e brancos: 20 representantes indígenas, 05 representantes da sociedade civil e 15 representantes do governo.

### 2. Critérios para candidatos da sociedade civil:

- 05 anos de atuação, atuação em mais de uma unidade da federação.
- Os membros são as instituições, que uma vez eleitas, indicarão seus representantes titulares e suplentes

### 3. Representantes do governo

- Ministério da Fazenda no lugar da SEPIR.

### 4. Indicação dos representantes indígenas: organizações indígenas cadastradas no CNPJ indicam candidatos que deverão ser eleitos por região (04). As vagas são distribuídas por região de acordo com dados populacionais oficiais.

Encaminhamentos:

1. Os pontos que não foram discutidos ou não constam nos itens acima, permanecem como estavam, de acordo com a última versão da proposta, objeto de análise desta reunião.
2. A meta da articulação é construir instrumento permanente – Lei, o que não exclui a importância de estratégias intermediárias dependendo das forças de pressão e possibilidades de avançar rumo à meta geral.
3. O seminário com a Frente Parlamentar está confirmada no Congresso para Terça-feira (28/06), local e hora ainda a ser confirmado.
4. Está confirmada a reunião com César Alvarez na segunda-feira (27/06).
5. Até ao final da tarde de hoje, já teremos a versão final da proposta CNPI e a partir de segunda-feira será amplamente divulgada.
6. Está circulando para sugestões a primeira versão do relatório do Abril Indígena. Os membros do Fórum que quiserem registrar a sua contribuição ao evento (recursos, pessoas, delegações, serviço) podem encaminhar à Secretaria até terça-feira da semana que vem para incluir no relatório.

*Secretaria Executiva do FDDI*

**PROJETO DE APOIO A CONSOLIDAÇÃO DA “ARTICULAÇÃO NACIONAL  
INDIGENA”(ANI)**

**I. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

**1. Título**

Projeto de apoio a consolidação da Articulação Nacional Indígena

**2. Período de execução**

Dois anos (24 meses).

**3. Instituição proponente**

Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas

**4. Instituição Executora**

- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB.
- Articulação dos Povos e Organ. Indígenas do Nordeste, MG e ES- APOINME

**4.2 CNPJs (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas)**

**4.3 Endereço**

## II. APRESENTAÇÃO

Este Projeto surge como encaminhamento da demanda de mais de 700 lideranças indígenas, representantes de 89 povos indígenas de todo o Brasil, reunidos em Brasília no Acampamento Terra Livre, entre os dias 25 e 29 de abril de 2005. A demanda refere-se a necessidade urgente de constituição, consolidação e fortalecimento de uma articulação nacional indígena como núcleo central de defesa dos direitos indígenas constitucionais dos Povos Indígenas, seriamente ameaçados pela atual conjuntura política do país.

O Abril Indígena 2005, a mobilização mais significativa realizada pelos povos indígenas do Brasil dos últimos 5 anos, organizada com apoio do Fórum em Defesa dos Povos Indígenas, desencadeou uma aliança nacional entre dezenas de povos, organizações indígenas e entidades indigenistas, com o objetivo comum de defender e garantir a efetividade dos direitos indígenas no Brasil, o que renova a nossa esperança na conquista de dias melhores.

Este Projeto objetiva obter as condições mínimas essenciais para dar continuidade e consolidar o processo de articulação nacional dos Povos Indígenas desencadeada no processo de planejamento e implementação do Acampamento Terra Livre, através do apoio a discussão e implantação de um espaço formal e permanente de articulação que estamos chamando provisoriamente de **ARTICULAÇÃO NACIONAL INDÍGENA (ANI)**.

A **Articulação Nacional Indígena (ANI)**, como vem sendo concebida e discutida informalmente por diversas lideranças, não significa a criação de uma nova organização ou sociedade, assim não se pretende criar uma personalidade jurídica. A Articulação será formalizada a partir de uma carta/contrato de intenções entre as Organizações envolvidas - neste primeiro momento, Apoinme e Coiab. Pretende-se utilizar o modelo de "Consórcio", que vem sendo utilizado

por algumas organizações não governamentais socioambientais, para formalizar a constituição da ANI.

A Gestão financeira dos recursos deste Projeto será realizada, no primeiro ano, por Coiab e Apoinme, sendo que cada uma assumira responsabilidade por uma parte das ações previstas, acordadas previamente e de comum acordo entre elas, e sobre as quais cada entidade terá responsabilidade política e administrativa-financeira. No segundo ano, caso se consolidem outras Articulações regionais, elas também poderão assumir responsabilidades na execução do plano.

### **III. CONTEXTO**

O contexto histórico de formalização de articulações nacionais do Movimento Indígena Brasileiro sempre foi relacionado a necessidade de fortalecimento político com vistas a resistir a situações de graves ameaças aos direitos indígenas.

Assim foi quando das realizações das Primeiras Assembléias Indígenas realizadas na Década de 70, e lideranças por dirigentes indígenas tradicionais da Região Centro-oeste do Brasil, visando reagir as ameaças aos territórios Indígenas e ao Projeto do Governo Militar de emancipação e integração dos povos indígenas à sociedade Nacional

No início da década de 80, e ainda em resposta à política assimilacionista dos Governos Militares surge a União das Nações Indígenas (UNI) que durante toda a década de 80 conseguiu desempenhar com relativa eficácia o papel de referência simbólica da indianidade genérica na conjuntura de re-democratização nacional. A UNI cumpriu importante papel até o processo constituinte de 1988, quando , junto com uma articulação mais ampla de povos indígenas se obteve importantes conquistas relativas aos direitos indígenas na nova Constituição.

A COIAB foi criada em 1988 para articular e fortalecer a luta dos povos e das organizações indígenas em defesa de seus direitos e da vontade e da necessidade de uma instância articuladora das diferentes lutas dos povos indígenas da Amazônia.

Na década de 90, nenhuma instância aglutinadora conseguiu, efetivamente, hegemonizar uma aliança indígena nacional. O único momento de articulação e representação de uma identidade genérica foi durante a revisão constitucional em 1993. A partir daí, o único ponto que mobilizou nacionalmente os povos indígenas em vários momentos foram as discussões sobre o Projeto de Lei do Estatuto das Sociedades Indígenas, mas que, por falta de maior articulação e discussão política, acabou provocando divisões entre os indígenas..

Houve, no entanto, uma tentativa de formalização de uma articulação nacional, quando, em abril de 1992, em um encontro de lideranças indígenas em Brasília, foi criado o Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capoib) que, no entanto, poucas vezes conseguiu articular um campo político de unidade interétnica de dimensão nacional. A primeira e única assembleia geral da Capoib foi realizada somente em abril de 1995, reunindo 201 lideranças de 77 povos e 40 organizações indígenas. Em 2000, estava prevista a realização de uma nova Assembleia, em Porto Seguro, no entanto conflitos políticos entre as próprias organizações indígenas regionais inviabilizaram a assembleia, retirando qualquer resquício de legitimidade política da Capoib.

A partir de 1995 houve uma quase ausência de questões que realmente motivassem uma identidade indígena aglutinadora nacionalmente. Pelo contrário, a agenda pública imposta pelos processos advindos das políticas públicas de etnodesenvolvimento e da Reforma do Estado reforçou o foco da atenção nas questões de política pública e projetos regionais.

Esta agenda pública no entanto, permitiu a ampliação e consolidação política das Organizações Indígenas locais e Regionais dos povos indígenas perante a sociedade e o Estado nacional. Um indicador importante da consolidação do movimento indígena é o crescimento quantitativo do número de organizações indígenas na Amazônia Legal. Uma análise comparativa de dois levantamentos feitos pelo Instituto Sócioambiental (ISA:96 e homepage ISA-janeiro 2001) sobre o número de organizações indígenas evidencia que, na segunda metade da década de 90, o crescimento de organizações indígenas na Amazônia foi de aproximadamente 120%, passando de 90 organizações em 1995 para 198 organizações em 2000, com pequenas alterações no perfil das entidades.

A partir de 2002, e com mais ênfase a partir do Governo Lula, surge a preocupação das Organizações Indígenas e Indigenistas com as ameaças aos direitos indígenas que se têm intensificado. Antigos conceitos e preconceitos, que balizaram as traumáticas relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas, voltam a inspirar a atuação de alguns setores do seu governo, justificados com os mesmos argumentos ultrapassados e, como antes, em interesses privados. Os resultados desse retrocesso já são visíveis no acirramento de conflitos, no aumento da violência contra indígenas, no incremento de posturas racistas e preconceituosas e no cerceamento à aplicação dos direitos indígenas por parte de agentes do Estado.

Em resposta as ameaças aos direitos indígenas realizou-se, no mês de abril último, um grande acampamento indígena, na Esplanada dos Ministérios, como forma de dar visibilidade a presença indígena em Brasília. O Acampamento se constituiu em um espaço privilegiado de encontro e troca de informações e diálogos entre representantes de Povos Indígenas de todas as regiões do Brasil. As mais de 700 lideranças indígenas de todo o Brasil montaram uma grande Aldeia no centro do poder

O Acampamento Nacional Indígena tornou-se um grande fórum de debates, que consistiu na realização de Oficinas e grandes Plenárias, para discussão dos principais temas de política pública e direitos que afetam diretamente os Povos Indígenas, tais como: Proposições legislativas que afetam os direitos indígenas tramitando no Congresso Nacional; Conselho Nacional de Política Indigenista; fome em terras indígenas, entre outros; O Abril Indígena foi coordenado pelas Organizações Indígenas Regionais e contou com o apoio técnico de diversas entidades indigenistas que fazem parte do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas.

Durante o Acampamento, as lideranças avaliaram as articulações nacionais que existiram anteriormente, especialmente a Capoib, discutiram que as mesmas cumpriram seu papel no momento histórico em que foram criadas, mas que o modelo utilizado de organização verticalizada e centralizada não era mais viável. Decidiram em plenária então que a Capoib deveria ser legalmente extinta e que as Coordenações de Organizações Indígenas presentes no Acampamento deveriam se reunir novamente para discutir um novo modelo de articulação nacional indígena, que desse continuidade ao processo desencadeado no Abril Indígena, pois o momento histórico exige que os Povos Indígenas do Brasil estejam unidos na defesa de seus direitos.

#### **IV. OBJETIVOS**

##### **1. Objetivo geral**

*Articulação Nacional dos Povos Indígenas* discutida regionalmente e consolidada nacionalmente para atuar na promoção e defesa das políticas públicas e a aplicação dos direitos constitucionais direcionados aos povos indígenas no Brasil, com a Secretaria Executiva implementada e consolidada

## **2. Objetivos específicos**

- 2.1- Colegiados Regionais de articulação implantados (coiab, apoinme, articulação sul; articulação sudeste-MS e articulação centro-oeste)
- 2.2- Colegiado Nacional de Articulação Indígena implantado
- 2.4- Secretaria de Apoio Técnico da ANI implantada e Coordenada por representantes dos Colegiados Regionais
- 2.5- Encontros quadrimestrais Colegiado Nacional realizados
- 2.6- Encontro Nacional Anual realizado – Acampamento Nacional
- 2.7- Grupos de Trabalho Indígena Temático Implantados
- 2.8- Mecanismos de socialização de informações implantados - Boletins eletrônicos; Boletim fax; grupos eletrônicos
- 2.9- discutir, elaborar e pactuar projeto estratégico quinquenal da Articulação Nacional Indígena

## **V. JUSTIFICATIVA**

As principais limitações para a consolidação de uma Articulação Indígena Nacional, que este Projeto pretende ajudar a resolver são:

- Fragilidade de articulações indígenas regionais. Apenas as regiões Nordeste e Amazônia possuem articulações mais consolidadas, respectivamente Apoinme e Coiab. As demais regiões carecem de espaços formais de articulação política que permita obtenção de consensos políticos mínimos.
- Inexistências de espaços nacionais e momentos periódicos para reuniões nacionais de formação de opinião e consensos nacionais.
- fragmentação das ações dos Povos e organizações indígenas no plano federal e regional, a partir de iniciativas isoladas e desarticuladas de lideranças



indígenas, organizações e Povos Indígenas na defesa dos direitos e políticas de etnodesenvolvimento.

- Desarticulação dos Representantes Indígenas nas instâncias políticas de representação nacional e regional perante aos órgãos de governo, conselhos deliberativos, grupos de Trabalho e outros espaços políticos formais, levando a baixa capacidade de intervenção e controle indígena nas políticas públicas de etnodesenvolvimento

- Ausência de recursos para permitir encontros regionais e nacionais periódicos para planejamento e avaliação de ações conjuntas de defesa de direitos e de participação e controle nas políticas públicas de etnodesenvolvimento

- Inexistência de estrutura de secretaria, apoio logístico e apoio técnico, em Brasília, para dar apoio as ações indígenas nacionais de defesa dos direitos.

Este Projeto objetiva oferecer as condições essenciais para o funcionamento da Secretaria para apoio técnico-operacional de uma Articulação Nacional Indígena. em Brasília.

São previstas também recursos para complementar a infra-estrutura básica e os gastos operacionais mensais.

Com o pleno funcionamento da Secretaria de Apoio Técnico pretende-se que a Articulação Nacional se torne mais atuante e dinâmico para dar conta da grave situação de ameaça aos direitos indígenas.

## **VI- DESCRIÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS**

### 1- Implantação da Articulação Nacional

A Implantação da Articulação Nacional se dará em 3 etapas:

- I. Reunião dos coordenadores indígenas de delegação do Acampamento Nacional Abril Indígena 2005, com objetivo de definir plano e calendário para consolidação das articulações regionais e nacional.
- II. Encontros de articulações regionais: O Projeto prevê apoio para encontros nas regiões sul, centro-oeste e sudeste (incluindo MS). Nas regiões norte e nordeste, as articulações serão realizadas pelas organizações regionais já existentes (Apoimé e Coiab), como contrapartida ao Projeto. O objetivo desses encontros é avaliar a viabilidade de uma articulação indígena regional permanente e mecanismos de participação em uma articulação nacional. Espera-se que nestes encontros possam ser definidos colegiados regionais articulação.
- III. Reuniões quadrimestral do Colegiado Nacional, constituído de representantes dos Colegiados Regionais, para planejar e avaliar ações nacionais em defesa dos direitos indígenas e de políticas de etnodesenvolvimento.
- IV. Encontros Anuais da ANI: Acampamento Nacional Abril Indígena

## 2- Implantação Secretaria de Apoio Técnico à Articulação Nacional Indígena

Consistirá da implantação de um espaço físico permanente da ANI, em Brasília, onde cada Articulação Regional terá apoio administrativo. A Secretaria de Apoio deverá centralizar os documentos e ser um espaço de debate permanente das questões de interesse nacional. O projeto prevê apoio para aluguel de sala (contígua a sala do FDDI e da Coiab), aquisição de equipamento de computador para cada região (Coiab e Apoimé contrapartida), telefone e contratação de uma Secretaria para apoio administrativo. Pretende-se que a Secretaria de Apoio da ANI atue em sinergia com a Secretaria Técnico do FDDI, com vistas a otimizar recursos e esforços. A coordenação da Secretaria de apoio será efetivada por uma Representação dos Colegiados Regionais.

### 3- Implantação e Apoio aos Grupos de Trabalho Técnicos Indígenas

Consistira na criação de GT Técnicos Indígenas em temas estratégicos das políticas públicas de etnodesenvolvimento, tais como Gestão Ambiental, Educação, Saúde, etc. Funcionará como espaço de socialização e centralização de informações das Representações Indígenas nos espaços formais de representação política nacional e internacional: Ministérios, sociedade civil, Conselhos, GT oficiais, Fóruns, ONU, etc. Concretamente funcionará através de grupos eletrônicos e arquivos de documentos compartilhados na Secretaria de Apoio.

### 4- Implantação de Sistema Permanente de divulgação e Informação do ANI

Consistira na implantação e manutenção do sistema eletrônico de repasse periódico de informações do Colegiado Nacional para os Colegiados regionais, e desses para as organizações locais.

### 5- Elaboração do plano estratégico decenal e projeto quinquenal de apoio a ANI

Consistirá de processo de discussão durante os 2 anos deste projeto quando se estará discutindo e pactuando estratégias nacionais dos povos indígenas para defesa de seus direitos, bem como definindo Projeto da ANI para o período de 2007/2011.

VII. ORÇAMENTO PRIMEIRO ANO

	Quantidade	Valor unitário R\$	Total anual R\$. 0,00	Contrapartida	Total deste Projeto
1. Implantação dos Colegiados Regionais- Encontros Regionais	5	Região sul	10.000		10.000
		Região sudeste MS	10.000		10.000
		Região centro oeste	15.000		15.000
		Região nordeste	15.000	15.000 (Apoime)	0
		Região norte -amazônia	25.000	25.000 (Coiab)	0
		<b>Sub-total</b>	<b>75.000</b>	<b>40.000</b>	<b>35.000</b>
2. Colegiados Regionais- Encontros: Ajuda de Custo para Articuladores Regionais	5 X 12 meses x R\$ 3.500,00	45.500 (incluindo encargos sociais)	227.500	91.100 (Coiab e Apoime)	<b>136.500</b>
3. Viabilizar apoio a Secretaria de Apoio Técnico da ANI	1	Aluguel de sala ( 2 )	26.400	13.200	13.200
		Moveis ( 5 kits)	1500	600	900

		Salário da Secretaria	26.000		26.000
		Telefones+fax +Internet	24.400	12.200	12.200
		Computador (5)	15.000	6.000	9.000
		Sub-total	<b>93.300</b>	<b>32.000</b>	<b>61.300</b>
4. Encontro dos Coordenadores Indígenas do Acampamento Abril Indígena 2005	1	50.000	<b>50.000</b>		<b>50.000</b>
5. Viabilizar reuniões do Colegiado Nacional	3	30.000	90.000	30.000	<b>60.000</b>
6. Grupos de Trabalho Indigenas Tematicos Implantados	3	2.000	6.000		<b>6.000</b>
7. Boletins Periódicos da Articulação Nacional Indígena	6	1.000	6.000		<b>6.000</b>
8. Encontro Nacional/Acampamento Indígena 2006			<b>150.000</b>		<b>150.000</b>
9. Gastos Administrativos		10%	<b>69.780</b>		
<b>TOTAL</b>			<b>697.800</b>	<b>193.100</b>	<b>504.700</b>